

A GESTÃO DOS VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS DA BATALHA DE ALJUBARROTA NAS PRÁTICAS DISCURSIVAS SALAZARISTAS

Sérgio Alexandre Gomes¹

RESUMO

Neste artigo discutimos o modo como os vestígios arqueológicos associados à Batalha de Aljubarrota, decorrentes das escavações de Afonso do Paço nos finais da década de 1950, foram geridos na estratégia de produção da memória do evento histórico. Tendo em conta as práticas discursivas salazaristas, tentaremos contribuir para compreender os modos pelos quais os vestígios arqueológicos foram secundarizados na criação do espaço-público de evocação da Batalha a favor de um ritual comemorativo iniciado nos anos 30.

Palavras Chave: Vestígios Arqueológicos da Batalha de Aljubarrota; Práticas Discursivas; Memória; Salazarismo

ABSTRACT

In this article I will discuss how the archaeological evidence of the Battle of Aljubarrota was managed by Salazarism's politics of memory. The archaeology was discovered by Afonso do Paço at the end of the 1950s, and he subsequently interpreted it according to the regime's point of view of the historical episode. Considering the importance of the site, Paço suggested its preservation and also for it to be presented to a wider public in order to commemorate the memory of the battle. However, the project was rejected and the archaeological remains were put aside from the commemorations. In terms of Salazarism's discourse practices, I aim to contribute a better understanding of how these new elements related to the battle were overlooked in favor of a former ritual to celebrate Aljubarrota.

Keywords: Archaeological evidences of the Battle of Aljubarrota; Discourse practices; Memory; Salazarism

INTRODUÇÃO

A Batalha de Aljubarrota foi celebrada pela agenda comemorativista do Estado Novo enquanto episódio glorioso do Passado. Em torno dos personagens, dos cenários e da trama da narrativa histórica, o regime tratou de criar os alinhamentos necessários para os converter em encarnações dos ideais eternos da nação projetada pelo regime, construindo, assim, a sua exemplaridade enquanto manifestação do espírito nacional (e.g. Catroga 1996: 241-243; Rosas 1998). Durante a década de 1950, a Comissão de História Militar começa a ponderar a necessidade de se proceder a trabalhos arqueológicos no campo de São Jorge, no sentido de averiguar a existência de vestí-

¹ Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património – sergioalexandregomes@gmail.com

gios que remetessem para estruturas de defesa mencionadas em alguns documentos históricos. Tais trabalhos seriam confiados ao Tenente-Coronel Afonso do Paço (e.g. Paço 1959a; 1959b; 1961; 1965) que, em articulação com os historiadores, desenvolveu um programa de escavações para testar algumas das hipóteses sugeridas pela documentação escrita. Entre 1958 e 1960, os trabalhos desenvolvidos por este arqueólogo, em redor da capela de São Jorge, permitiram a identificação de um conjunto de testemunhos materiais de grande relevância para a conhecimento da batalha de Aljubarrota. Esta intervenção inaugurou uma pesquisa de grande complexidade que se desenvolve até aos dias de hoje (e.g. Amaral 2009; Catarino 2001; Monteiro 2001). A importância científica dos vestígios suscitou, desde logo, uma vontade em se proceder à sua valorização patrimonial, designadamente pela sua inserção num espaço público (Paço 1961). Porém, o processo de valorização e divulgação dos vestígios seria longo até à sua atual inserção no discurso de divulgação do Centro Interpretativo da Batalha de Aljubarrota (Amaral *ibidem*; Santos 2010)².

Neste artigo, centraremos a análise no modo como os vestígios arqueológicos de Aljubarrota foram geridos enquanto elemento de memória durante o Estado Novo. Como veremos, apesar da importância dos vestígios arqueológicos reconhecidos por Afonso do Paço (*ibidem*) e da sua vontade em que fossem integrados num espaço público, o ritual celebrativo do regime não integrou estes “novos elementos materiais” no cenário de evocação da Batalha. Esta desvalorização das evidências arqueológicas é entendida por Carlos Fabião (1996) como um caso paradigmático da relação entre o uso do Passado e os objetivos políticos do Estado Novo. Um caso em que a força da tradição de uma narrativa se sobrepõe à discussão do episódio histórico pelo confronto com novos dados (*ibid.*: 176). Tal dinâmica leva C. Fabião a ponderar a existência de uma certa negligência da arqueologia no programa nacionalista (*ibidem*). Assim, a relação entre o nacionalismo e a arqueologia em Portugal parece singularizar-se enquanto um exemplo em que o conhecimento arqueológico é contraprodutivo face aos propósitos da agenda nacionalista (Díaz-Andreu & Champion 1996:14). O caso português é ainda mais singular quando nos focamos na relação entre o nacionalismo e a arqueologia durante o período ditatorial. Com efeito, em Portugal, o uso e a visibilidade dos vestígios arqueológicos é pouco expressiva quando comparada com os múltiplos exemplos em que os vestígios arqueológicos são usados enquanto recursos de propaganda por parte de regimes ditatoriais (e.g. Galaty e Watkinson 2004).

A relação entre o nacionalismo, a arqueologia e os regimes políticos faz-se, porém, numa densa rede rizomática que multiplica os modos como as unidades estado-nacionais dos séculos XIX e XX usaram o conhecimento arqueológico e a ideologia nacionalista no seu estabelecimento enquanto formação política hegemónica a uma escala global (Díaz-Andreu 2007). Este carácter rizomático do fenómeno conduz-nos à necessidade de multiplicar os pontos de vista que podemos forjar acerca desta relação. Assim, partindo do exemplo paradigmático que nos é dado por C. Fabião para o caso português, tentaremos perspetivar o modo como o carácter negligente que o autor reconhece no exemplo se forja dentro das práticas discursivas salazaristas (Gil 1995; Martins 1998)³. Como veremos, a contextualização da “Batalha” nesta dinâmica permitir-nos-á compreender a negligência do regime face aos vestígios arqueológicos como uma estratégia de gestão da memória (Connerton 1999; Cunha 2001) inerente à fabricação da população e do território necessários ao projeto biopolítico salazarista (e.g. Gil *ibidem*, 2005 [2004], 2009; Martins *ibidem*; Rosas 2001).

² A propósito do Centro Interpretativo da Batalha de Aljubarrota, consulte-se <http://www.fundacao-aljubarrota.pt/>.

³ Neste texto retomamos a análise que desenvolvemos num trabalho anterior (Gomes 2011: 541-552).

AS PRÁTICAS DISCURSIVAS SALAZARISTAS

Em *A Ordem do Discurso*, Michel Foucault (1997 [1971]) diz-nos que

“em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função esconjurar os seus poderes e perigos, dominar o seu acontecimento aleatório, esquivar a sua pesada e temível materialidade” (*ibid.*: 9-10).

Considerando a sugestão de M. Foucault, podemos conceber as práticas discursivas enquanto redes onde emergem, simultaneamente, as possibilidades de discurso e as estratégias que pretendem controlar a sua potência de transformação. Por conseguinte, num dado regime de discurso, é possível tecer uma configuração entre “o que emerge de novo” e “o controle da novidade”. Trata-se de uma estratégia de domesticação que vai no sentido de:

- consignar as possibilidades de discurso enquanto parte integrante da sociedade que as produz, que assim se delimita enquanto unidade identitária face ao(s) Outro(s);
- especificar os discursos nos espaços e nos corpos que compõem a sociedade, que assim se ordena internamente;
- gerir a circulação do discurso em passagens autorizadas e, assim, vigiar as possibilidades de devir.

Nos próximos pontos, apresentaremos as leituras que Moisés de Lemos Martins (1998) e José Gil (1995) fazem das práticas discursivas salazaristas. Ensaaiemos uma breve caracterização da proposta de cada um dos autores dando destaque aos aspetos que, posteriormente, nos permitem problematizar o caráter negligente (Fabião 1996) do regime face aos vestígios arqueológicos relacionados com a Batalha de Aljubarrota investigados por Afonso do Paço.

Estratégia e disciplina do discurso salazarista

Moisés de Lemos Martins (1998) salienta o modo como o regime salazarista estabelece um entrelaçamento entre as práticas discursivas políticas e religiosas, no qual “a modalização da crença na autoridade vem a ser a forma pela qual a política explicita a sua relação de diferença e continuidade com a religião” (*ibid.*: 19). Assim, em linha com uma prática religiosa que organiza o sentido pela oposição entre “a perdição e a salvação”, a prática política investe a Nação de uma história constituída por ciclos de “degenerescência e florescimento”, apresentando-se enquanto projeto de salvação nacional. Se o propósito da religião é resgatar as almas da perdição através da crença e da redenção, o salazarismo assume-se como um sistema de compreensão da Verdade da Nação, a partir da qual pode desenvolver um governo que leva ao seu florescimento, redimindo a Pátria e salvando os portugueses. Nesta ordem de ideias, parece existir um deslocamento do objeto de crença, no qual: por um lado, se assegura a diferença entre a política e religião; por outro lado, reforça-se a continuidade entre política e religião porque o objeto de crença mantém a sua capacidade regeneradora. Política e religião são, deste modo, duas práticas que, apesar das suas especificidades, garantem a salvação daqueles que acreditam nas suas verdades. Neste entrelaçamento das práticas discursivas, o modo salazarista de *ser-se português* é um projeto que excede os limites de uma moral nacional, concretizando-se num horizonte existencial mais vasto, que se desenvolve pela crença na verdade do regime político e pela obediência face ao seu governo (*ibid.*: 15-19).

No esquema de análise que nos propõe o autor, a religião e a política são perspetivadas enquanto “modelos estratégicos” e “meios fundamentais de prevenir a desordem civil” (*ibid.*: 20). Para desenvolver esta hipótese, foca a sua análise no “poder disciplinar” de tais estratégias, inspi-

rando-se no pensamento de Michel Foucault (1974; 1975). Em simultâneo, questiona a “labilidade social” destas mesmas estratégias enquanto modo de produção de “estados de poder, normas, domínios de valor e de utilidade” (Martins *ibid.*: 21), seguindo as propostas de Michel Maffesoli (1979). Trata-se, deste modo, de uma análise que visa demonstrar o caráter rizomático da dinâmica discursiva salazarista pelo reconhecimento do modo como a mesma estratégia pode gerar um determinado movimento e o seu oposto, permitir a emergência de novos elementos do discurso e o seu silenciamento ou a transformação de um enunciado dissonante num modo de vigilância (Martins *ibid.*: 20-22). Ou, por outras palavras, o modo como o uso que o salazarismo faz da política e da religião são modos de domesticação do discurso que visam a sedentarização das vontades em torno de consensos, a cristalização de uma ordem da Nação e a edificação de um projeto de unidade para Portugal.

A fabricação da discursividade salazarista desenvolve-se pela distribuição tática de dois conjuntos de dispositivos: o primeiro é constituído pelos “dispositivos ético, eugénico e alético”; o segundo é composto pelos dispositivos da “cura” e da “parábola”. O dispositivo ético atua no sentido de acionar os comportamentos a partir dos quais é possível construir a unidade da Nação. O dispositivo eugénico atua na criação das manifestações que permitem reconhecer os enredos das desordens que colocam em causa o florescimento do corpo nacional. O dispositivo alético molda a vontade de saber no sentido de a conduzir à verdade, ordem e unidade da nação que seguram o regime. A atuação tática destes três dispositivos permite um jogo de reenvios, no qual se naturalizam os esquemas de fabricação dos discursos e, por conseguinte, se reforça a moldagem da população à crença e obediência que sustenta o regime. Neste movimento de naturalização da ordem do discurso, a ação desta trilogia de dispositivos é ratificada pela ação da cura e da parábola. Se a cura vai no sentido da identificação do indício que demonstra a “boa atuação do governo”, a “parábola”, em articulação com tal esquema de legitimação, oferece os “maus modelos” que levam à degenerescência e os “bons modelos” para a salvação nacional (Martins *ibid.*: 127-130).

O primeiro conjunto de dispositivos proporciona um conjunto de experiências das quais resulta um leque fracionado de verdades e comportamentos a incorporar, sendo a sua atuação tão ou mais eficaz quanto a sua habilidade para manter esse fracionamento. Esta descontinuidade entre experiências oculta o facto de todas apresentarem a mesma finalidade (a crença e a obediência), o que possibilita a edificação de uma realidade, aparentemente diversa, que precisa de ser sintetizada para terminar a sua incorporação. Ao segundo conjunto de dispositivos cabe a função de proporcionar os esquemas de síntese que permitem a congregação da diversidade produzida anteriormente. Este desfazamento da experiência de revelação e incorporação das verdades do regime é a estratégia que permite à disciplina salazarista ser um movimento tácito, de atuar sem ser reconhecida. Simultaneamente, a interrupção da sua força de moldagem é a estratégia de criar o momento em que os indivíduos participam ativamente na incorporação das verdades do regime. Ou seja, corresponde ao momento em que o sujeito, após a experiência de uma determinada realidade, opta “conscientemente” pela crença e obediência, considerando-a uma forma natural de fazer a vida. Neste sentido, as práticas discursivas salazaristas desenvolvem-se enquanto estratégia de saber reconhecer os limites, até porque afinal a política, como nos diz Salazar:

“Não será o caso, mais propriamente, da história do parafuso que verruma lentamente sem ferir a madeira, que faz uma pressão doce mas constante, penetrando, pouco a pouco, sem provocar a reação viva da matéria?” (Salazar in Ferro 2007 [1933]: 101).

Silêncio e Invisibilidade da retórica

A análise que José Gil (1995) nos propõe da prática discursiva salazarista parte de uma recusa por parte de Salazar no uso da retórica enquanto modo de criar e persuadir uma audiência.

Salazar, dizendo-se desprovido do fulgor da oratória política, que associa à instabilidade que precede o golpe de Estado de 28 de maio de 1926, apresenta-se como quem usa “uma retórica da verdade, uma retórica sem retórica destinada a transformar os homens” (*ibid.*: 8). Neste sentido, os discursos de Salazar tornam-se o resultado de um processo de decantação, no qual tudo o que existe de momentâneo nas palavras é removido até transformar o texto num conjunto de enunciados verdadeiros e perenes. Desta retórica irrompe a capacidade de discursar, não a multidões expectantes, mas a uma audiência que espera um encontro com a verdade e a sua salvação. Na construção desta audiência, é de salientar dois aspetos da retórica de Salazar: a “insonorização do espaço público” e a “invisibilidade”. O primeiro decorre do facto do discurso ser a leitura de um texto, na qual a oralidade do discurso se faz acompanhar do silêncio da leitura. Neste cenário, Salazar é uma voz que se ouve no silêncio; uma voz que enuncia, de modo claro e lógico, uma verdade para Portugal (*ibid.*: 17-21). A invisibilidade, como veremos, é a solução e o projeto que Salazar tem para dar aos seus ouvintes. Tal solução decorre da ordem das narrativas e o esquema de argumentação que Salazar escolhe para esclarecer o estado do país e o rumo que se pode tomar para afrontar as ameaças à verdade de Portugal.

Nas narrativas que Salazar usa para descrever a situação do país há uma atualização da Paixão de Cristo, dividindo o tempo da narrativa em: degenerescência, morte e regeneração. Porém, o momento da morte é substituído por uma ideia de sacrifício que, não só se substitui à morte, como se torna condição do momento de regeneração. Sendo a morte (simbólica ou real) o modo pelo qual a comunidade renasce como nova comunidade, a sua supressão exige repensar os modos pelos quais se opera a salvação. José Gil (*ibid.*: 30) sugere como hipótese para pensar este processo a construção de uma forma de anonimato que aniquila as existências individuais, isto é, a comunidade nacional, ao invés de ser o produto de movimentos de indivíduos concretos (com projetos concretos que entram em conflito e assim fazem a comunidade), passaria pela constituição de indivíduos de natureza anónima ou invisível. O sacrifício de colocar de lado as paixões particulares face aos desígnios superiores da nação permite, então, que a Nação se regenere e que os portugueses ascendam a um plano superior de existência em consonância com o destino nacional (*ibid.*: 31).

O sacrifício e a invisibilidade tornam-se estratégias de produção de um bom senso, no qual se desarma as possibilidades de transformação do dissenso e se reforçam os comportamentos normativos que seguram o regime. A verdade de tais comportamentos é, nesta retórica sem retórica, apresentada como um eco de um passado glorioso ou de um futuro profetizado. Quando nessa mensagem é possível reconhecer uma voz, como é o caso da voz de Salazar, mais do que uma individualidade, a voz é um veículo de manifestação dos valores perenes. Como já foi referido, é de salientar que a voz de Salazar é uma voz que lê, apresenta-se segundo uma retórica do escrito-lido; é uma voz que se desvincula das palavras e atua no momento de silêncio que os ouvintes criam para o ouvir. Ou, como escreve José Gil:

“Salazar desejou certamente esta invisibilidade, procurou-a; fez dela uma peça da sua propaganda, e desse culto bizarro do seu nome; suporte não de uma personalidade, mas de um pensamento político (ou de uma «não-personalidade»).

O principal efeito desta invisibilidade física do chefe, é que a sua presença (assim como o seu nome) se faz sentir por toda a parte. Presença disseminada e invisível do seu poder, da sua moral, do seu silêncio. E isto porque, graças ao poder que a sustenta, ela transforma-se no seu contrário, torna-se intensamente perceptível, presença obsessiva e pesada por tudo aquilo que exclui: deste modo, ela é, antes de mais, silêncio e ausência. Mas silêncio e ausência de não se sabe o quê – que foi extirpado da consciência por ter sido retirado da linguagem. A realidade surge, por toda a parte, ao mesmo tempo plena e vazia: plena de presença invisível do poder, vazia pela falta absoluta de qualquer coisa que já

não sabemos nomear. Em suma, a linguagem já não se liga de forma nenhuma ao real que continua a escapar-se-lhe sub-repticiamente.

O principal efeito do modo como o poder pesava na consciência individual sob o salazarismo inscreve-se, assim, na retórica da invisibilidade” (*ibid.*: 36).

A retórica da invisibilidade parece ser também a estratégia de um regime de visão em que se procura indexar as imagens aos valores que o projeto político necessita para se desenvolver. Uma estratégia que faz uso da tensão entre a ausência e a presença para re-significar o que se vê e o que se não vê, criando as condições para que tudo seja expressão da verdade salazarista. A invisibilidade pública de Salazar permite que se construa na sua imagem uma aura semelhante à que reveste os Heróis, os Mártires e os Santos da Pátria. Tal como estas figuras tutelares, que são elementos vivos da comunidade cuja presença se faz notar por diversos meios, Salazar torna-se omnipresente pela sua invisibilidade. Mais do que um Chefe, Salazar é uma paisagem, ou seja, é um segmento de tempo e espaço em que os portugueses, moldados na invisibilidade e no silêncio da retórica salazarista, se movem entre as possibilidades e os limites por si definidos. Movem-se no medo de expressarem a sua singularidade e na contrapartida desse sacrifício lhes garantir a salvação (*ibid.*: 53). A retórica salazarista é forma e conteúdo do programa político porque, gerando a invisibilidade necessária para que se distribua enquanto palavras de um orador para além da contingência do discurso, gera também o silêncio das verdades que produz a paisagem salazarista.

ALJUBARROTA: A PRODUÇÃO DA SUA MEMÓRIA E DOS SEUS VESTÍGIOS

O ritual e a narrativa

A Batalha de Aljubarrota surge como cenário de construção de uma das figuras míticas do nacionalismo histórico português: Nuno Álvares Pereira. A figura deste personagem histórico foi investida de uma aura providencial que levaria à sua canonização durante a 1.ª República (Catroga 1996: 574-576). A popularidade deste Herói da Nação e os contornos da sua apresentação permitem que a sua memória seja apropriada por parte do Estado Novo, onde continuaria a ser celebrado como um dos heróis fundadores da nação, tornando-se o padroeiro da Mocidade Portuguesa e da Legião Portuguesa (*ibidem*). Podemos considerar que a contínua celebração deste personagem histórico se prende, em parte, com a narrativa de transformação que anima o personagem. Com efeito, como sublinha S. Campos Matos (1990), em todas as narrativas que se produzem em torno deste Herói, destaca-se o modo como teria renunciado aos bens materiais para se entregar à vida religiosa, sendo que, nesse processo, é valorizada a ideia de um dom – a compreensão do sentido da vida – que explica o seu sucesso durante os episódios relacionados com a providencial Dinastia de Avis (*ibid.*: 141-142). Neste percurso de reconversão da vida do Santo e Herói reside a construção do seu lugar na exemplaridade da história nacional. Uma exemplaridade condizente com as narrativas da retórica salazarista (Gil 1995) que vimos anteriormente. Uma exemplaridade que é usada como conjunto de valores a ensinar na Mocidade Portuguesa, fazendo do Santo o padroeiro da instituição. Ou seja, numa instituição que tem como objetivo converter os jovens em cidadãos exemplares, é usada a exemplaridade de um Herói cuja vida ganha sentido numa ideia de sacrifício (a renúncia aos bens materiais) e reconversão (a luta pelo bem e destino da nação).

Esta leitura da história e a sua aglutinação a um determinado segmento da população é formalmente expressa num discurso de Salazar (1935) intitulado “Aljubarrota – Festa da Mocidade”. Este discurso é apresentado como “palavras para serem lidas nas escolas do País em 14 de Agosto de 1935, ao fazer-se em todas elas, com discursos alusivos, a comemoração da batalha de Aljubarrota” (*ibid.*: 49). O discurso toma a feição de uma lição de história onde se recitam no pas-

sado os dilemas do presente e se faz desse passado um eco da marcha dos projetos do regime. A resolução da crise dinástica de 1383/85 era apresentada como um momento de verdade da nação, uma verdade intuída pelo povo e pelas novas gerações que dirigiam a conjuntura que, nesse sentido, fazem das celebrações uma:

“Festa popular e festa da mocidade.

Nun’Alvares tinha 23 anos quando da revolução em Lisboa e 25 em Aljubarrota; D. João I, 25 ao ser proclamado defensor do reino e 27, na segunda daquelas datas. O estado maior do condestável eram rapazes, de pouca idade, com o espírito aventureiro e irrequieto dos jovens, insofridos na peleja mas obedecendo cegamente ao chefe. Com estes se fez a campanha e se assegurou a independência de Portugal.

Hoje como então se exige espírito novo para fazer a revolução nacional, e espírito novo é mais fácil encontrá-lo em novos que em velhos, ainda que haja velhos com mocidade de espírito, e moços gastos por interesses e preocupações que não costumam ser da sua idade. É porém essencial que o espírito da mocidade seja por nós formado no sentido da vocação histórica de Portugal, com os exemplos de que é fecunda a história, exemplos de sacrifício, patriotismo, desinterêsse, abnegação, valentia, sentimento de dignidade própria, respeito absoluto pela alheia.

Facto cheio de ensinamentos é o comemorado hoje; homens que sirvam de exemplo para a nossa formação êsses que, à volta de D. João I e do Condestável, batalharam e serviram e foram de tamanha estatura que futuros séculos de maravilhas não lhes tocaram nem os puderam diminuir. Sobretudo esse Condestável D. Nuno, depois frei Nuno de Santa Maria, guerreiro e monge, chefe de exércitos e edificador de conventos, vencedor de castelhanos e distribuindo em maus anos seus bens pelos mesmos que derrotara em batalhas para não mandarem na sua terra, erguido na sua valentia no altar da Pátria como a Igreja o havia de erguer pelas suas virtudes nos altares da fé, cheio de honras e riquezas e enterrado em vida no Convento do Carmo, na dura estamemha de frade, quando depois de Ceuta lhe pareceu já não ser necessária a espada para defesa da Pátria, mas disposto de novo a tomar as armas, se el-rei de Castela alguma vez tentasse invadir Portugal.

Por estes motivos os sítios de Aljubarrota e a Batalha devem ser os lugares de entre todos eleitos para as grandes peregrinações patrióticas, e eu quisera que no próximo ano ali acorressem de todos os cantos de Portugal milhares, centos de milhares dos portugueses de hoje, sobretudo a mocidade, para verificar e robustecer, ao calor dum passado heróico, a sua devoção patriótica. E, visitados os campos da luta, entrariam, devotadamente na igreja do Convento da Batalha, que, ao contrário da do Escorial de Filipe II, lúgrebe e apropriadas para as exéquias dum grande rei, é clara e triunfal, como se não fôsse feita para a oração de todos os dias mas apenas para o solene *Te Deum* das grandes e magnificas vitórias” (Salazar 1935: 53-56).

São palavras que não são ditas por Salazar. São palavras mandadas dizer por Salazar. São palavras escritas por Salazar e que circulam noutras vozes quando lidas nas escolas. É um discurso que coloca “em marcha a indistinta máquina da administração local e das organizações regionais da União nacional” (Rosas 1998: 47). Podemos pensar no discurso como um édito real que é lido aos súbditos, como uma voz que ganha a espessura do tempo e, aí, encontra a perenidade das verdades e das solicitações que enuncia. São palavras dirigidas a um povo e, especialmente, à juventude desse povo. Uma juventude a quem se pede que aprenda *com os exemplos de que é fecunda a história, exemplos de sacrifício, patriotismo, desinterêsse, abnegação, valentia, sentimento de dignidade própria, respeito absoluto pela alheia*. No sentido de tal aprendizagem, são-lhes ditas as palavras que os prendem ao significado do evento: são lembradas as idades dos heróis, reforça-se a sua mocidade, e são lembradas as suas atitudes de sacrifício e patriotismo. E, nesta repetição, Aljubarrota toma a forma de um facto cheio de ensinamentos, um facto

repleto de homens que servem de exemplos para a formação dos homens do Presente. Neste adestramento da memória do evento, para além das palavras que constroem os significados, define-se também o movimento dos corpos na celebração da memória. É-lhes solicitado que, daí a um ano, *acordessem de todos os cantos de Portugal* aos lugares do episódio histórico para visitar os *campos da luta* e, daí, *entrar devotamente na igreja do Convento da Batalha*.

A *peregrinação patriótica* concretiza-se no ano seguinte. Na *feira popular, feira da mocidade*, Salazar saúda os *peregrinos* e relembra o significado da Batalha e o significado da participação na *feira*:

“Vieste de todos os cantos do país e representais Portugal inteiro. Escutai. Paire sobre nós o espírito heróico de Nun’Alvares; parecem mesmo ouvir-se vozes de comando, o retinir das armas, estrondos de batalha: «ainda não» responderia calmo. Mas, quando preciso, à chamada que vos seja feita para lutardes sob a sua bandeira, não deixará um só de vós – sei-o bem – de responder: presente!” (Salazar 1936: 179).

Salazar pede à multidão para *escutar*. Insonoriza o espaço para fazer ouvir as vozes da Batalha: *vozes de comando, o retinir das armas, estrondos de batalha...* sons imaginados entre os quais se misturam as palavras claras de contorno nítido do discurso. Palavras *calmas* de uma retórica sem fulgores oratórios, tal como responderia *calmo* Nun’Alvares ao fulgor da batalha. No exercício de escutar e no exercício de imaginação da batalha, Salazar constrói a perenidade do que diz. A voz de Salazar, pela retórica da invisibilidade e do silêncio (Gil 1995), domestica a memória da Batalha.

A memória da Batalha é gerida em forma de um itinerário disciplinar; é uma parábola onde se exemplificam os comportamentos revivificadores da Nação (Martins 1998). Neste governo da relação com o passado, o dispositivo eugénico atua para organizar os corpos num lugar que se quer recordar. A comemoração, pelo dispositivo ético, justapõe a ação política à leitura do Passado como episódio religioso, fazendo do governo uma manifestação providencial da moralidade que forjou os portugueses na batalha. Nesta representação reside já a atuação do dispositivo alético que, pela exemplaridade do episódio e das suas comemorações, vai construindo a correlação entre as ações do governo e um natural – religioso – posicionamento das coisas no mundo. Na passagem pelo campo da luta, onde os corpos ocupam o lugar dos combatentes, e pela visita do Mosteiro da Batalha, onde os corpos se tornam devotos do triunfo, vai sendo constituída a marcha da memória de Aljubarrota. Neste contexto, vão sendo moldadas as (verdadeiras) questões a colocar e os (verdadeiros) modos de sentir o episódio histórico.

O investimento nas comemorações de Aljubarrota nos anos 1935 e 1936 encontra-se, de acordo com Fernando Rosas (1998), associado à instabilidade política em Espanha. A vitória eleitoral da Frente Popular em Espanha, em fevereiro de 1936, e a eclosão da guerra civil, em julho, passaram a condicionar a política externa e interna de Portugal (*ibid.*: 50). A mobilização do país para o apoio à causa franquista permitia, simultaneamente, um combate ao “perigo comunista” que ameaçava externa e internamente o regime (*ibidem*). À inquietude deste momento, sucede-se uma segunda metade da década mais tranquila, com o avanço do franquismo em Espanha e a consolidação do regime em Portugal. Neste contexto, as comemorações da Batalha, embora continuem, perdem o protagonismo dos anos de 1935 e 1936, passando para “o domínio do ritual burocrático do comemorativismo oficial” (*ibid.*: 53). A peregrinação de 1936 continua a ser realizada enquanto modo de gestão da memória e, na disciplina ritual burocrática que consolida o horizonte de sentido do regime, vai constituindo-se enquanto evento tão verdadeiro e pleno de sentido quanto a própria Batalha (Figura 1). A Mocidade Portuguesa acabaria por perpetuar as comemorações com marchas de camaradagem, nas quais atualizavam o ritual anteriormente delineado, que, por norma, tinham a capela de São Jorge como local de início ou fecho cerimonial (Santos 2010: 121). Em 1953, a Mocidade Portuguesa, em articulação com a Junta Nacional da Educação, começa a adquirir os ter-

renos privados em redor da capela de São Jorge, elaborando um “anteprojecto para a urbanização do local, destinado à construção de uma esplanada para ser utilizada pelo escalão da milícia da Mocidade Portuguesa” (*ibid.*: 121). Nos trabalhos iniciais de regularização do terreno, foram identificados contextos arqueológicos relacionados com a batalha (*ibid.*: 122), cujo estudo por parte de Afonso do Paço (1959a, 1959b, 1961 e 1965) revelaria a sua relevância científica e potencialidade enquanto elemento propício a refazer o cenário dos rituais comemorativos do episódio histórico.

Os vestígios materiais da Batalha

A estratégia que dirige a reativação da memória da Batalha proposta por Salazar nos discursos de 1935 e 1936 é um esquema feito de comparações que tornam clarividentes tanto o episódio histórico como a verdade do regime. Tal clarividência contrasta com as dúvidas, partilhadas entre alguns elementos da Comissão de História Militar (C.H.M.), acerca de detalhes da técnica militar:

“Uma nota de 15 de Fevereiro de 1950, emanada do Estado-Maior do Exército, dava a conhecer à Comissão de História Militar, que S. Ex.a o Ministro ordenara que se procedesse a um estudo da «campanha de 1385, por forma a ser redigida uma versão oficial da mesma, depois de esclarecidas as dúvidas e as opiniões opostas e divergentes que sobre a mesma se tem revelado, especialmente no que se refere à batalha de Aljubarrota».

Para dar cumprimento ao que fora determinado, constituiu-se dentro daquela Comissão um agrupamento formado pelos vogais Tenente-Coronel Botelho da Costa Veiga e Capitão Gastão de Melo de Matos, que devia elaborar o referido trabalho.

Entre as crónicas e outros documentos da época, de que aqueles oficiais dispunham para alicerçar o seu estudo, havia grandes e mesmo irreduzíveis divergências.

Assim Froissart, «El Despensero», D. João I de Castela e o próprio Ayala, assinalavam não só a existência de acidentes naturais do terreno, mas até a sua organização defensiva, coisas estas que Fernão Lopes negava terminantemente.

Ao rigor científico dos dois historiadores acima referidos, impôs-se a necessidade de promover escavações no campo de batalha, para nele se procurar a solução do problema, que a documentação escrita conhecida, por si só, era incapaz de resolver.

Para conduzir a escavação acharam que era necessário o concurso de um arqueólogo, e para tanto, bem ou mal, foi escolhido o signatário destas linhas” (Paço 1959a: 3).

O contexto em que se processam estas dúvidas é protagonizado por uma das forças de ordem do regime. É um contexto em que os sentimentos nacionalistas encontram no estudo da história um modo de engrandecimento da vida militar e da sua importância para o corpo da Nação. Neste contexto, a arqueologia entra em cena enquanto prospetora de dados que possibilitam o esclarecimento das dúvidas das leituras da documentação escrita. Este mesmo contexto garante o financiamento para a pesquisa e, acima de tudo, define um cenário institucional e social que atesta a seriedade do assunto e a verdade dos conhecimentos que se possam produzir. Trata-se de uma elite social e de um saber autorizado que formula um programa de pesquisa, reconhecendo num militar com experiência arqueológica a capacidade para esclarecer as questões decorrentes da análise documental. Neste sentido, a prática arqueológica é posicionada numa teia de valores sociais e científicos autorizados. Esta posição garante-lhe, à partida, que os bens que possa produzir sejam reconhecidos enquanto mais valia científica, patrimonial e identitária. A arqueologia encontra-se, deste modo, no epicentro da espiral de autoridade que define o que deve ser integrado ou excluído da esfera das verdades nacionais. As escavações de Afonso do Paço apresentam, enfim, todas as condições para que se destaquem enquanto momento de revisitação da memória de Aljubarrota.

Apesar do interesse da contribuição de uma abordagem arqueológica para as dúvidas acerca da Batalha de Aljubarrota, os trabalhos de Afonso do Paço viriam a desenvolver-se num contexto de escavações de emergência decorrentes da execução do projeto da Mocidade Portuguesa para os terrenos em torno da Capela de São Jorge referidos anteriormente:

“A construção, em 1957, de uma esplanada pela Milícia da Mocidade Portuguesa, sobre os terrenos que a C. H. M. desejava reconhecer a sul da capela, e os trabalhos de embelezamento que lhe seguiram em Janeiro de 1958, cortaram um velho sulco, que visitado por nós no dia imediato ao do seu achado, conduziu à realização de escavações de emergência, como noutros trabalhos foi relatado. (...) Porém as coisas mudaram de rumo a partir de 18 de Abril de 1958, data em que S.^{as} Ex.^{as} os Subsecretários de Estado das Obras Públicas, do Exército e da Educação Nacional visitaram as obras de ajardinamento. (...) Ponderando o que ouviram, S.^{as} Ex.^{as} disseram que em Aljubarrota o fundamental era a batalha e tudo quanto a ela pròpriamente se referisse. Nesta ordem de ideias, as escavações de carácter histórico deviam tomar primazia, ficando-lhes subordinados todos os projectos que para o local se haviam elaborado” (Paço 1961: 6-7).

Entre 1958 e 1960, Afonso do Paço encontrou as condições para realizar os trabalhos de escavação em determinadas áreas no campo de batalha. Foram realizadas duas campanhas, durante as quais foram identificados testemunhos materiais correlacionáveis com a batalha (Figura 2): um conjunto diversificado de estruturas em negativo, que teria sido construído nas vésperas da batalha com o objetivo de condicionar a mobilidade do inimigo, tornando-o mais sujeito às ofensivas portuguesas (identificado com as letras A, C, D e E, na Figura 2); e uma área de concentração de ossos humanos, que documentavam um momento posterior à batalha, funcionando como vala comum onde foram inumados os corpos dos combatentes (identificado com a letra B, na Figura 2). Vejamos, com mais pormenor, o modo como Afonso do Paço descreve e interpreta o conjunto de estruturas em negativo:

“Nos finais de Maio de 1958 tínhamos posto a descoberto um curioso fosso que corria a Norte e Leste da capela, numa extensão aproximada de 182^m, dos quais uns 150m orientados na direcção N-S [Figura 2, A; este fosso apresentava quatro ramais diferentes].

Esta fortificação, apesar de curiosa, intrigava um pouco os historiadores, que concluíram pela necessidade de prosseguir as escavações mais para Sul, pois cortadas as terras em todas as direcções nada mais se encontrou à roda da ermida.

Os terrenos situados naquela direcção eram pertença de particulares e um deles tinha um olival com feno de permeio e ao lado um campo de milho.

Depois de cortado o feno solicitamos autorização para fazer reconhecimentos nos espaços entre as oliveiras, que nos revelaram aqui e além, restos de fossos e muitas covas de lobo.

Só no outono, depois de cortado o milho, é que pudemos escavar a zona por ele ocupada, tendo-se então posto a descoberto umas 40 filas de covas de lobo, com extensões aproximadas de 60 e 80 cada [Figura 2, C], dispostas em espinha sobre um fosso situado no terço superior do conjunto [Figura 2, D].

No decorrer de reconhecimentos posteriores verificamos que este fosso sobre que convergiam as covas de lobo, se prolongava até à estrada, e que na extremidade meridional desta mesma zona, que apresentava uma extensão de cerca de 150^m por 100^m de largo, havia ainda pelo menos dois grandes fossos que não pudemos reconhecer se se prolongavam ou não ao longo de toda a nossa frente [Figura 2, E].

Estávamos perante uma área esplêndidamente fortificada, com a profundidade de cerca de 300^m, que ocupava o flanco esquerdo da posição da hoste portuguesa, onde havíamos reconhecido umas 830 covas de lobo nos espaços vários do olival e nos terrenos libertos do campo de milho” (Paço 1965: 86).

Na análise destes contextos, Afonso do Paço foi desenvolvendo uma articulação com especialistas de diferentes áreas, isto porque:

“Habitados na Pré-história a lançar mão de todos os recursos científicos para um melhor conhecimento da vida dos povos primitivos, também quisemos em Aljubarrota proceder de igual modo, para tentar esclarecer alguns dos problemas ligados com a batalha.

O que se vai dizer serve para demonstrar, que a escavação em curso ou qualquer trabalho com ela relacionado, não pode ser confiado à ciência de picareta de um obreiro, mas tem de ser visto com a maior ponderação por quem esteja dentro do assunto.

Há problemas latentes em Aljubarrota, que o simples facto de se não atender a este pormenor pode destruir irremediavelmente.

Em nosso entender, um trabalho desta grandeza, tem de ser rodeado de todos os cuidados científicos. Proceder de outra maneira seria sujeitar-nos a qualquer apreciação menos favorável” (Paço 1961: 21).

Assim, em função de cada elemento que ocorria nas escavações ia fazendo uma série de contactos com especialistas para conseguir uma leitura autorizada das questões que tal elemento ou aspeto comportava. Para o reconhecimento e a recolha dos ossos, solicitou a colaboração do Prof. A. Xavier da Cunha do Instituto da Universidade de Coimbra. Na discussão de questões paleoambientais, fez recolhas para análises polínicas, que viriam a ser desenvolvidas pela Dr.^a Quitéria G. Pinto da Silva. Para questões relacionadas com a sedimentologia, teve o apoio do Engenheiro Agrónomo Fausto do Sacramento Marques da Direção Geral dos Serviços Agrícolas. E, no sentido de compreender melhor as técnicas medievais de combate, entrou em contacto e discutiu os contextos com o Prof. Peter E. Russel, um especialista em história medieval peninsular, da Universidade de Oxford. Neste último contacto, encontraria uma aprovação da importância dos seus trabalhos e formularia um conjunto de questões que deveriam orientar a escavação de novas áreas (Paço 1961). Neste sentido, à autoridade da C. H. M. que promovia os trabalhos, Afonso do Paço acrescentou a autoridade de um conjunto de especialistas e técnicas de análise que conferiam aos seus trabalhos a cientificidade necessária para comprovar a verdade da sua leitura.

Os resultados das escavações, apesar da relutância de alguns historiadores e militares por considerarem que tais contextos não estariam relacionados com a batalha (Fabião 1996), foram integrados no relatório publicado pela C. H. M. Este relatório é constituído por três textos: uma síntese da questão da autoria do Tenente-Coronel reformado do Corpo de Estado-Maior A. B. da Costa Veiga; uma discussão dos documentos escritos feita pelo Capitão do Estado Maior Gastão de Mello de Mattos; e uma apresentação dos resultados dos trabalhos arqueológicos pelo Tenente-Coronel Afonso do Paço. No primeiro destes três textos, o autor, integrando os dados das fontes documentais e dos contextos identificados nas escavações (Figura 3), escreve o seguinte:

“[A] quem atribuir a ideia de defesas acessórias em tão larga escala? Penso que, como Froissart diz, aos auxiliares ingleses. De covas de lobo já há notícia para Bannockburn (1314), do lado, embora, dos escossêses; quanto aos fossos e estancadas, talvez a sua construção tivesse sido sugerida pela lembrança da «sepes subterfossata» atrás da qual se dispôs a hoste inglesa de Poitiers (1356). Não envolve, o que digo, o desprimor para o Grande Condestável – o que fica a seu crédito é, ainda, bastante para o colocar, de direito, na galeria dos mais notáveis tácticos da Baixa-Idade-Média, aquém e além Pirinéus” (Veiga 1959: 19).

Na síntese de Costa Veiga, o nacionalismo histórico que anima a pesquisa serve também de plataforma para a avaliação dos elementos fornecidos pela escavação. Com efeito, ao concluir a discussão, salienta que em nada existe um desprimor do Grande Condestável, considerando-o um dos mais notáveis militares do seu tempo. Também Afonso do Paço destaca que estes dispositivos

militares, em nada “diminui, antes eleva, a figura do Condestável e o valor combativo de Castela” (1961: 15). E, neste espírito, partilha da opinião de Costa Veiga, ao considerar necessário continuar os trabalhos de escavação no campo da batalha, não só como modo de conhecimento da verdade histórica dos factos, mas como forma de homenagem ao episódio e brio nacional (*ibidem*). A devoção patriótica de que investe a sua pesquisa expressa-se na repetição de uma imagem (Figura 4) dos ossos humanos recolhidos na vala junto à Capela de São Jorge sobre os quais a

“população local que, todos os domingos, durante o tempo que estiveram a descoberto, após a missa, colocava sobre eles ramos de flores frescas, sem preocupações de nacionalidade, apenas movidas pelo sentimento cristão de tratar-se de irmãos que morreram combatendo” (1959b: 50).

Considerando a devoção patriótica dos habitantes locais, o destaque do local nos itinerários da memória nacional e a importância dos achados enquanto testemunhos da Batalha de Aljubarrota e da arte militar medieval, Afonso do Paço elaborou uma proposta de valorização da estação arqueológica:

“O arranjo final do campo de batalha, valorizando-se, como deve, tão importante documento, é um caso que preocupa a C.H.M e que está, presentemente atribuído à Direcção do Serviço de Fortificações e Obras Militares.

Pensa-se que alguns troços do fosso A e grupos de covas de lobo, sejam devidamente protegidos para que os visitantes possam ter uma ideia dos factos.

O terreno seria levado à presumível forma primitiva, e coberto de relva. Os fossos e as covas, cheios no todo ou em parte com cimento a que se misturaria brita, formando blocos que sobressairiam uns 15 a 20 centímetros do relvado, permitiriam aos visitantes ter uma ideia do único documento que presentemente se conhece da tão afamada tática medieval inglesa. (...) Há neste momento, no campo da batalha, um conjunto de problemas em suspenso, que se forem tratados por quem não os entenda, por quem não tenha uma sensibilidade de Aljubarrota, sensibilidade que só dá o muito lidar com Aljubarrota, poderão ser irremediavelmente destruídos.

E para concluir, atrevemo-nos a perguntar, se não merece Aljubarrota que cuidemos dela a sério, neste ano do 6.º centenário do génio militar que nesse local conduziu a nossa reduzida hoste à vitória, vitória que nos conservou a independência, nos deu a Índia e o Brasil de que tanto nos orgulhamos, e abriu ao Mundo as portas da Idade Moderna” (Paço 1961: 19-20).

A construção do espaço público que Afonso do Paço propunha a partir dos contextos arqueológicos não foi aceite. Este projeto não chegou a ser desenvolvido; as comemorações de Aljubarrota continuaram pelo exercício proposto em 1935 por Oliveira Salazar. De qualquer modo, como salienta o arqueólogo:

“De início pensou-se que esplanada e documento histórico poderiam viver no mesmo lugar, mas bem depressa se convenceu a C. H. M. que tal facto era impossível, e por decisão tomada no campo da batalha, acordou-se em que as actividades da Mocidade Portuguesa passassem para Norte da Capela, onde havia amplo espaço para todo o seu plano de construções, ficando apenas a Sul o magnífico documento histórico traçado por Nun’Alvares, razão de ser da nossa vitória e de tudo o que se memora naquele local sagrado da Pátria” (Paço 1965: 85).

Os resultados das escavações permitiram, então, uma alteração do espaço público previsto para aquela área. A esplanada da Mocidade Portuguesa passou para norte da capela de São Jorge, sendo o espaço marcado por um baixo-relevo evocativo de Aljubarrota da autoria do escultor Raul Xavier, anteriormente apresentado na Exposição do Mundo Português de 1940 (Santos 2010: 122). Os vestígios arqueológicos ficaram fora deste espaço público. Foram preservados enquanto

uma plataforma vazia onde se celebrava em parada a memória da Batalha. Fundamentalmente, os vestígios arqueológicos ficaram geridos numa esfera de invisibilidade pública. Uma gestão que aperta as possibilidades da prática arqueológica, refira-se, por exemplo, as limitações impostas à tentativa de Afonso do Paço de acompanhar as obras da EN 1, cuja análise podia trazer novos elementos para a compreensão da Ala Ocidental Portuguesa (Amaral 2009: 521). A gestão da memória do regime manteve os testemunhos materiais da Batalha enquanto parte do vazio de um campo que outrora foi de batalha. Nesse vazio, tornado espaço público, adestram-se os corpos em movimentos compassados. Uma ordem da parada: articulada, orgânica e certa. Neste compasso forjam-se as condições para que no vazio se faça o advento da memória. Os vestígios arqueológicos poderiam colocar em causa a ordem do vazio. Assim, aterraram-se os contextos arqueológicos da batalha para se avivar a paisagem salazarista que congrega a comunidade em torno da sua história. O vazio do campo era a materialidade por excelência da invisibilidade da retórica que ordena a memória da Batalha enquanto itinerário e liturgia salazaristas.

CONCLUSÃO

No desajustamento entre o projeto de Afonso do Paço e a tradição de comemoração salazarista da Batalha podemos encontrar a negligência de que nos fala Carlos Fabião (1996). Um negligente uso da força dos ideais nacionalistas e do conhecimento arqueológico que surpreende pela incoerência do seu desfecho. A violenta incoerência de um regime político, cuja mitologia se encontra impregnada da exemplaridade de eventos e personagens históricos, que decide ocultar os vestígios materiais que poderiam servir a essa mitologia. Tal incoerência é ainda mais intolerável se considerarmos que os investigadores envolvidos na pesquisa desenvolvem uma interpretação que não coloca em causa a imagem idealizada do evento histórico. Como refere Costa Veiga (1959: 19), os vestígios não trazem qualquer “desprimor para o Grande Condestável” (Veiga 1959: 19) e, como afirma Afonso do Paço (1961:15), “a verdade histórica de hoje em diante é outra, e ela não diminui, antes eleva, a figura do Condestável e o valor combativo de Castela”. Porém, a incoerência que subjaz ao modo negligente como foram tratados os vestígios torna-se compreensível se considerarmos que o salazarismo foi, como nos alerta J. Gil (2005 [2004]) “um imenso sugadouro daquilo que torna a existência um dom da vida natural (zôê) para a vida social, a maneira de viver (*bios*). Um buraco negro que engoliu a existência no espaço público” (*ibid.*: 135). Ou seja, trata-se de um regime que se alimenta desta incoerência enquanto estratégia de manutenção. Esta incoerência permite o desenvolvimento de um movimento de terror que transforma a existência em trauma, *anulando* a existência individual e perpetuando as condições de vida que o regime precisa para durar (*ibid.*: 135-136). Um regime que não suprime as dúvidas e as expectativas individuais, deixando-as desenvolver até ao ponto em que as respostas, mesmo quando condizentes com as verdades do regime, são anuladas enquanto forma de terror e controle.

A prática discursiva salazarista permite o aparecimento de novos enunciados – os vestígios arqueológicos – para depois os levar à esfera do silêncio, na qual é domesticada a sua capacidade transformadora. A disciplina do discurso salazarista (Martins 1998) vive de um trabalho sobre os limites e as possibilidades dos agentes, capacitando-os a gerar novos enunciados, vigiando o processo da sua produção e decidindo sobre a sua finalidade. Nesta ordem de ideias, podemos ver a pesquisa arqueológica enquanto uma prática ativada pela trilogia dos dispositivos ético, eugénico e alético, animando os arqueólogos na procura dos vestígios que concorrem na edificação da unidade, natureza e verdade da nação. Neste momento de produção do discurso, tais imagens de unidade, natureza e verdade são recursos que, posteriormente, podem ser usados pelos dispositivos da cura e da parábola num esquema de síntese que ratifiquem a sua verdade. É nesta passagem entre os dois grupos de dispositivos que se opera o transporte destas imagens de um

espaço semipúblico (o espaço dos especialistas) para o espaço público onde o regime completa a sua disciplina. Nesta passagem entre dispositivos, criam-se as condições da negligência do regime face a tais recursos. O regime prescinde dos novos vestígios materiais arqueológicos na criação do espaço público onde se atualiza a memória histórica. A Batalha, enquanto parábola, convida a nação à obediência e as comemorações da Batalha, enquanto cura, já não precisam de mais evidências para além da festa da mocidade. Os vestígios arqueológicos não são necessários, enquanto recurso, ao governo dos discursos e dos espaços públicos da memória. A sua finalidade nas práticas discursivas salazaristas foi outra. Se os vestígios arqueológicos são negligenciados face à força de outros modos de celebrar a Batalha, já a desvalorização dos vestígios serve de cura e de parábola àqueles que se interrogam acerca da verdade da história da nação proclamada pelo regime. As provas dessa verdade são tantas que algumas não precisam de ser exibidas, podendo ser tratadas como elementos in-visíveis dessa verdade.

Na demanda de Afonso do Paço parece ter existido um desajustamento entre a espacialidade que o governo precisava para governar a memória da Batalha e a espacialidade dos contextos arqueológicos. Não é tanto um desajustamento ao nacionalismo que, no seu raciocínio ideológico, pode integrar os dados das escavações enquanto vestígios da genialidade militar portuguesa. Mas a inadequação do espaço museológico que propõe a prática arqueológica perante a “paisagem de silêncio” (Gil 1995) começada a construir no discurso de Salazar de 1935. Os testemunhos materiais da Batalha revelam os seus limites enquanto dispositivo de memória perante as possibilidades de um espaço vazio onde se sobrepõe a Batalha e a Parada. O vazio comporta as condições para que se instale a insonorização do espaço (*ibidem*) onde as palavras de Salazar se misturam com as vozes de comando, o retinir das armas, estrondos de batalha. Assim, aterrando as covas de lobo e os fossos do campo de batalha, mantêm-se as condições de atuação da retórica da invisibilidade que atualiza o regime.

AGRADECIMENTOS

A Susana Soares Lopes, Ana Vale, Andreia Arezes e Lesley McFadyen pelas sugestões que me foram fazendo durante a realização deste trabalho. A um(a) revisor(a) anónimo(a) cujas sugestões contribuíram para o enriquecimento do artigo. A investigação foi apoiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia com a bolsa de pós-doutoramento SFRH/BPD/100203/2014 – financiada por fundos nacionais do MCTES, POCH e FCE.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Maria Antónia de Castro Athayde (2009) – “Os vestígios materiais da guerra – o caso da Batalha de Aljubarrota (São Jorge, Porto de Mós) e da Batalha de São Marcos (Trancoso)” in COELHO, Maria Helena da Cruz, GOMES, Saul António, REBELO, António Manuel Ribeiro (organização), *A Guerra e a Sociedade na Idade Média, Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*, Coimbra, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, pp. 521-537.
- CATARINO, Helena (2001) – “À descoberta dos vestígios arqueológicos” in MONTEIRO, João Gouveia (coord.), *Aljubarrota Revisitada*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 97-132.
- CATROGA, Fernando (1996) – “Ritualizações da História” in TORRALBA, Luís, MENDES, José Amado, CATROGA, Fernando (edição) *História da História em Portugal secs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 547-671
- CONNERTON, Paul, (1999) – *Como as sociedades recordam*, Lisboa, Celta Editora.
- CUNHA, Luís (2001) – *A Nação nas Malhas da sua Identidade. O Estado Novo e a construção da Identidade Nacional*, Porto, Edições Afrontamento.
- DÍAZ-ANDREU, Margarita (2007) – *A World History of Nineteenth-Century Archaeology. Nationalism, Colonialism, and the Past*, Oxford, Oxford University Press.

- DÍAZ-ANDREU, Margarita, CHAMPION, Timothy (1996) – *Nationalism and Archaeology in Europe*, London, UCL Press.
- FABIÃO, Carlos (1996) – “Archaeology and Nationalism: the Portuguese Case” in DÍAZ-ANDREU, Margarita, CHAMPION, Timothy (edição), *Nationalism and Archaeology in Europe*, London, UCL Press, pp. 169-178.
- FERRO, António (2007 [1933]) – *Entrevistas a Salazar*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira & Livraria Editora Lda.
- FOUCAULT, Michel (1974) – *A verdade e as formas jurídicas*, Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica.
- FOUCAULT, Michel (1975) – *Surveiller et Punir – Naissance de la prison*, Paris, Gallimard.
- FOUCAULT, Michel (1997[1971]) – *A ordem do discurso*, Lisboa, Relógio D’Água.
- GALATY, Michel L., WATKINSON, C. (editores) (2004) – *Archaeology under dictatorship*, New York, Kluwer Academic/Plenun Publishers.
- GIL, José (1995) – *Salazar: A Retórica da Invisibilidade*, Lisboa, Relógio D’Água Editores.
- GIL, José (2005 [2004]) – *Portugal, Hoje: o Medo de Existir*, Lisboa, Relógio D’Água.
- GIL, José (2009) – *Em Busca da Identidade – o Desnorte*, Lisboa: Relógio D’Água.
- GOMES, Sérgio Alexandre da Rocha (2011) – *O Passado, a Identidade e as Teias do Governo. Estudos sobre o entrelaçamento das práticas de produção do conhecimento arqueológico e de construção da Identidade Nacional Salazarista*, Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- MAFFESOLI, Michel (1979) – *La violence totalitaire*, Paris, P.U.F.
- MARTINS, Moisés Lemos (1990) – *O Olho de Deus no Discurso Salazarista*, Porto, Edições Afrontamento.
- MONTEIRO, João Gouveia (coord.) 2001 – *Aljubarrota Revisitada*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- PAÇO, Afonso (1959a) – “Novos Documentos sobre a Batalha de Aljubarrota”, separata da *Revista Infantaria*.
- PAÇO, Afonso (1959b) – “Escavações de carácter histórico no campo da batalha” in *Aljubarrota – Trabalhos em execução de arqueologia militar*, Lisboa, Publicações da Comissão de História Militar, pp. 35-51.
- PAÇO, Afonso (1961) – “Novos Aspectos da Batalha de Aljubarrota” separata de *O Concelho de Santo Tirso – Boletim Cultural*, vol. VII, N.º 2.
- PAÇO, Afonso (1965) – “Escavações de carácter histórico realizadas no campo da Batalha de Aljubarrota”, *Bracara Augusta*, Vol. XVIII-XIX, Actas do Congresso Histórico de Portugal Medieval, T. III, pp. 83-92.
- ROSAS, Fernando (1998) – “As Aljubarrotas do Estado Novo”, *História*, Ano XX (Nova Série), N.º 3, pp. 46-53.
- ROSAS, Fernando (2001) – “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”, *Análise Social*, vol. XXXV (157), pp. 1031-1054.
- SALAZAR, António Oliveira (1935) – “Aljubarrota, Festa da Mocidade”, SALAZAR, António Oliveira (introdução e organização), *Discursos e Notas Políticas II (1935-1937)*, 2.ª Edição revista, Coimbra, Coimbra Editora Lda., pp. 47-56.
- SALAZAR, António Oliveira (1936) – “Sempre o mesmo milagre”, SALAZAR, António Oliveira (introdução e organização), *Discursos e Notas Políticas II (1935-1937)*, 2.ª Edição revista, Coimbra, Coimbra Editora Lda., pp. 173-179.
- SANTOS, Victor Portugal Valente (2010) – *Campo de Batalha, Lugar de Memória*, Dissertação de Mestrado em História Regional e Local, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- VEIGA, A.B. Costa (1959) – “Palavras preliminares”, in *Aljubarrota – Trabalhos em execução de arqueologia militar*, Lisboa, Publicações da Comissão de História Militar, pp. 7-19.



Figura 1 – *O Século Ilustrado*, 1940, N.o 131 página 8 (BPMP P-B 131 1940 n.º138).

Texto: Os 555 anos da celebre Batalha de Aljubarrota foram ampla e patrioticamente comemorados. Além das cerimónias de Lisboa e Guimarães, realizou-se em S. Jorge, local onde se feriu o encontro entre portugueses e espanhóis uma sessão preiteante da memória de Nuno Alvares. Também na Batalha, onde se conservam os restos mortais de D. João I, tiveram lugar diversos actos evocativos. Nuns e noutros, tomaram parte, além dos elementos oficiais contingentes do Exército e da Mocidade Portuguesa, e muito povo também, que, de lágrimas nos olhos, se associou a tão vibrantes comemorações. Os nossos quatro «clichés» traduzem, sinteticamente, os mais elevados momentos de S. Jorge e da Batalha.

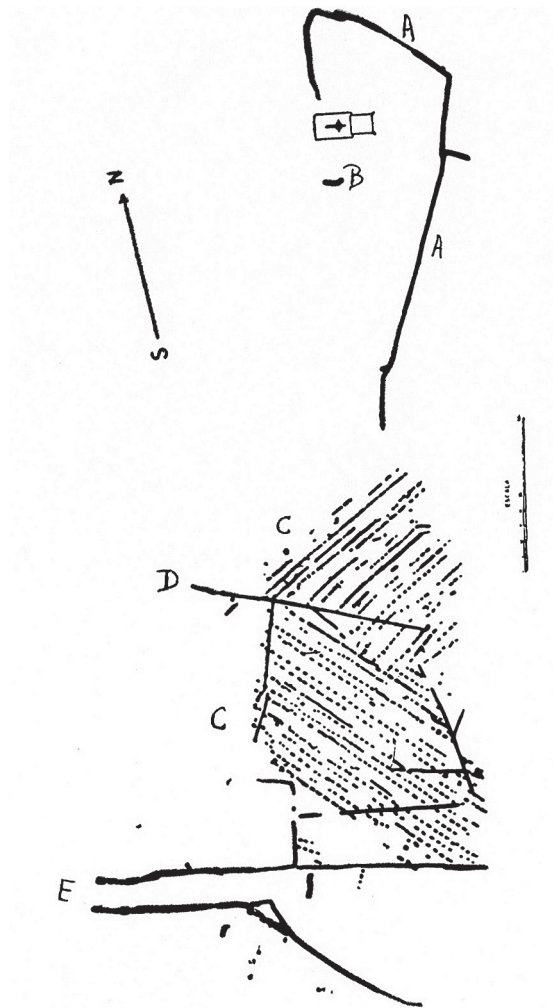


Fig. 3 – Plano das fortificações postas a descoberto no flanco esquerdo da posição do Condestável

Figura 2 – Planta das escavações no campo da Batalha de Aljubarrota (Paço 1965: Fig. 3).

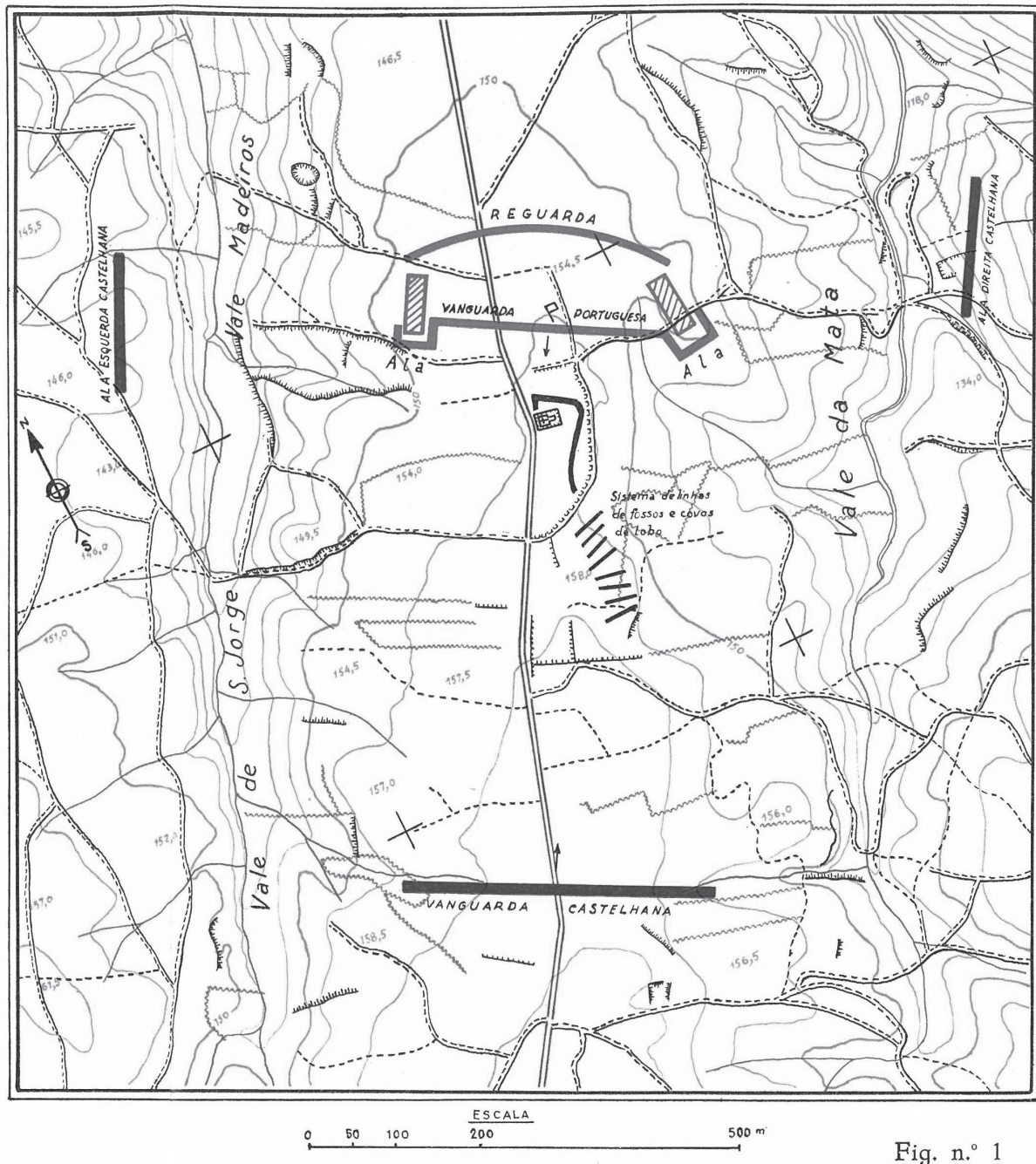


Fig. n.º 1

Figura 3 – Esquema interpretativo acerca da distribuição das tropas no campo da batalha de Aljubarrota, segundo as fontes escritas e os dados arqueológicos (Veiga 1959: Fig. 1).



Grupo de ossos humanos postos a descoberto durante as escavações.
Por cima ramos de flores colocados pelos camponeses.

Figura 4 – Imagem da deposição de flores sobre as ossadas identificadas durante as escavações (Paço 1959: Fig. 18).

